

Data: 06.03.2021

Título: Neutralidade colaborante

Pub: **Diário de Notícias**

Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 2;12



OPINIÃO HOJE

**Adriano
Moreira**
**Neutralidade
colaborante**
PÁG. 12

Área: 364cm²/ 17%

Tiragem: 15.750

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 7078003



Opinião Adriano Moreira

Neutralidade colaborante

Não é de esperar uma avaliação complacente, em qualquer relação diplomática, da tolerância com que a lealdade tradicional das potências em causa esqueça a injusta violação de interesses, normalmente de mais fracos, sofridos para conseguir cooperação leal às urgências que finalmente serviram o interesse defendido pela cooperante. Existe uma situação destas nas relações de Portugal com os EUA, e atendendo à realidade da ética do atual presidente dos EUA e às relações entre os dois países, incluindo na cooperação e defesa, seria oportuno reavaliar. Já tivemos circunstâncias em que a opinião publicada nos EUA, num tema que não afetava os seus interesses e terminou com a invasão de Goa pelo governo da União Indiana, teve crescimento útil na posição individual de um seu ministro, e que levou o *The New York Times* a escrever: "Se a presença de Portugal na pequena Goa é uma vergonha para um povo civilizado, que deverá dizer-se do domínio da Rússia sobre o Cazaquistão, o Turquemenistão, o Tajiquistão, o Usbequistão e o Quirguistão. E o que dizer da Mongólia Exterior, aquele súbdito entre satélites, há mais de trinta anos roubado à China e hoje, para todos os fins práticos, província soviética."

Tratava-se de uma referência ao comunicado referente ao encontro de Foster Dulles e Paulo Cunha, que este não viu refletida quando os factos abalaram a sua conhecida e habitual fidelidade aos valores, que o definiam como professor. Mas quando os factos se referem aos interesses vitais de uma grande potência, acontece que a diferença de atitude é frequente. Anticolonialismo dos EUA não tem ali imperativamente que ver com a história dos nativos, ou da guerra entre o norte e o sul do país, imposta pela escravatura, e tem sempre que ver com as políticas que implicam confronto internacional, incluindo a guerra. Um dos casos mais significativos foi o da Guerra de 1939-45, que pareceu contrariar o juízo de Ortega y Gasset, de 1930, segundo o qual a Europa política de então era "uma trindade: França, Inglaterra, Alemanha", enganando-se apenas em não ter previsto a circunstância de tender para ser, na viragem do milénio, ambição apenas da Alemanha.

No caso da guerra de 1939-45, relatava o tenente-coronel Pessoa de Amorim, que para uma missão fora aos Pirenéus, e ali estavam as tropas do Reich, mas é certo que o encontro dos líderes da Alemanha e da Espanha conseguiu impedir a invasão da Península Ibérica. Mas a exigência americana

a Portugal, que levou à chamada neutralidade-colaborante, já não teve apenas palavras, mas a segurança da navegação marítima dos americanos no Atlântico e o facto de, nesse tempo, a aviação militar precisar de apoio no trajeto, designadamente quanto ao combustível. Foi aqui que ficou evidente que Portugal tinha um "poder funcional" geográfico, que todavia consentia uma exigência do poder americano coberto pela cortesia da Aliança Inglesa. A última semântica imaginada foi a chamada "neutralidade colaborante", modelo sem passado e talvez sem futuro. O facto é que parte do território português, em que se destaca Timor, não entrava na proteção do modelo e sofreu gravíssima agressão e mortandade.

Mais tarde, em 1973, quando se iniciou a Guerra do Kippur, pela voz de Kissinger (*dear Henry*) informaram que utilizariam as Lajes com ou sem acordo português, com o sigilo a resguardar o incidente. Acontece que neste período em que o globo sofre ele próprio uma ameaça, a solidariedade atlântica é necessariamente reconhecida vital para os EUA, finalmente presidiados por um estadista que declarou, não faz muito tempo, que não esquece as recomendações e crenças dos avós, o que tem cumprido. Por isso não poderá recusar, nem ignorar como o seu antecessor, a urgente necessidade de assumir a responsabilidade, sempre esquecida, pela descontaminação dos terrenos circundantes da Base das Lajes, na Terceira, evitando a contaminação das águas que abastecem as Lajes e Praia da Vitória, somando prejuízos de habitantes e trabalhadores, o que também neste caso tinha algum sentido, que ilumine a memória americana, e os seus projetos de futuro. A importância que vemos ter a situação dos mares e a esperança para futuro fazem notar que altos responsáveis atuais, ao longo dos últimos anos, poderão ter uma corrente de interesse de natureza económica e comercial pela Base das Lajes e pelo porto oceânico da Praia da Vitória. O que ajuda a pensar que uma presidência finda dos EUA pôde habitualmente considerar-se de falta de memória e responsabilidade, mas a nova presidência possui deveres éticos que restabelecerão confiança dos atingidos e são soberbamente evidentes, neste inquieto momento, para que não sejam ignorados pelos responsáveis. A regeneração do passado também deve ter presente que existem outros poderes, emergentes mundialmente, que parecem demonstrar interesse pela situação do objeto que interessou os EUA pelo passado acordo, a pensar no futuro.